

RIO DE JANEIRO, 16 DE JUNHO DE 1981

Governo articula uma reforma "traumática"

(Diante do que vem aí, o "pacote" de abril é pinto)

Os presidentes do PP, senador Tancredo Neves, do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, do PDT, ex-governador Leonel Brizola, e do PT, Luiz Inácio da Silva, já receberam indicações de que as reformas eleitorais em estudo no Palácio do Planalto e no PDS são não só casuísticas como "traumáticas", segundo revelaram ontem fontes parlamentares. O impedimento de coligações entre partidos e a vinculação do voto estão virtualmente decididas, enquanto permanecem dúvidas sobre se a vinculação se fará de ponta a ponta — de vereador a governador —, se será apenas na eleição proporcional (vereador e deputados estadual e federal) ou se apenas no nível majoritário (prefeito, senador e governador).



Golbery trama pelo PDS

Há, em importantes áreas governamentais, defensores da vinculação em dois momentos: uma no pleito proporcional (deputados federal e estadual e vereador) e outra no plano majoritário. Ainda de acordo com parlamentares da Oposição, o Palácio do Planalto também se inclina para limitar à duas por partido as sublegendas, que serão ampliadas até a disputa para os governos estaduais. E de acordo com fontes ligadas ao deputado cearense Paulo Lustosa, do PDS, e muito ligado ao Governo Figueiredo, cogita-se também de declarar eleito vice-governador o segundo mais votado em sublegenda.

Nos contatos informais que têm mantido nos últimos dias, no Senado e na Câmara, os principais dirigentes oposicionistas observam estar havendo mudanças no estado de espírito do estrategista político do Palácio do Planalto. Antes, a disposição era no sentido de plantar alguns casuismos em torno dos quais, entre-

tanto, seria possível obter entendimento com as oposições. O ministro-chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, chegou mesmo a comentar que "as oposições estão se valorizando" ao se referir às duras críticas às hipóteses casuísticas postas em debate nos últimos meses.

— Na hora da conversa vamos nos entender — prognosticava Golbery, conforme esses parlamentares.

Porém, o ânimo do Governo dá sinais claros de grande mudança. A explicação encontrada pelos oposicionistas está nas últimas pesquisas de opinião pública encomendadas pelo Planalto e pelas quais o PDS está em processo de acentuada perda de prestígio, com a maioria de seus deputados, senadores e governadores assustados com as perspectivas eleitorais de 82. A mesma reação estaria sendo manifestada por vereadores e prefeitos, apavorados com a acumulação de problemas insolúveis pela falta de recursos financeiros para obras, investimentos pro-

dutivos e até mesmo para manutenção.

— O PDS está sentindo na pele os efeitos sociais da crise econômica — ponderou um dos líderes pemedebistas na Câmara, para quem "as pesquisas de opinião estão mantendo tendências favoráveis às oposições".

Premido pelas circunstâncias — frisam os informantes — o Palácio do Planalto tenta evitar prejuízos para o PDS através de fórmulas casuísticas, estudando meios para acentuar a dispersão oposicionista e impedir, por exemplo, as coligações.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Odacir Klein, reiterou ontem que o seu partido já tem os pressupostos para negociar com o Governo a reforma eleitoral.

— Eles estão nos estudos já encaminhados às demais lideranças oposicionistas na Câmara — revelou, adiantando que o PMDB defende a liberdade das coligações, o fim da sublegenda por incompatibilidade com o pluripartidarismo e a contagem independente dos votos.

Trata-se de plataforma diametralmente oposta a em torno da qual o Governo avança.

No PP, cujo presidente, senador Tancredo Neves, rebelia-se ostensivamente contra toda hipótese casuística e cuja bancada no Senado mantém o recurso da obstrução como forma de pressão sobre a Presidência da República para abrir as regras do jogo eleitoral, a disposição é parecida com a dos pemedebistas. As variações de posições são mínimas e, mesmo assim, segundo afirmam os deputados Thales Ramalho e Herbert Levy, fáceis de serem ajustadas.

O plano do Palácio do Planalto é liberar o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para negociar as regras eleitorais com as oposições, tão logo fiquem prontas, depois de recebidas as sugestões do PDS e adequadas aos propósitos do Governo. Formalmente, como o ministro tem declarado, o Governo Figueiredo quer conseguir o consenso parlamentar, acertando com governistas mais exigentes e oposicionistas.